



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

**Boletim Informativo
N.º 3/2022**

Plenário | 23.02.2022

Conselho Superior do Ministério Público

Boletim Informativo



Sumário

■ PRESENÇAS	>> 2
■ PONTO PRÉVIO À ORDEM DO DIA	>> 3
■ ORDEM DO DIA	>> 3
Gestão de quadros / Licenças / Autorizações	>> 3
Matéria Disciplinar	>> 4
Requerimentos / Exposições	>> 5
■ DECLARAÇÕES DE VOTO	>> 6



Presenças

(Reunião realizada por meio de videoconferência, ao abrigo do disposto no artigo 5.º, n.º 1, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março alterada pela Lei n.º 1-A/2021, de 13 de janeiro)

■ Presidente

Senhora Procuradora-Geral da República, *Dr.ª Lucília Gago*.

■ Vogais

Procuradores-Gerais Regionais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, respetivamente, *Drs. Orlando Romano, José Norberto Ferreira Martins, Tolda Pinto e Osvaldo Pina*;

Procurador-Geral-Adjunto, *Dr. José Pedro Fernandes de Oliveira Baranita*;
Procuradores da República, *Drs. Carlos José do Nascimento Teixeira, Alexandra Maria da Conceição Chicharo das Neves, António Filipe Gaspar da Costa Maciel, Ana Paula Lopes Leite, Patrícia Isabel Marques Pereira Cardoso e Maria Raquel de Carvalho Figueiredo da Mota*;

Membros eleitos pela Assembleia da República, *Drs. José Manuel Mesquita, Rui Manuel Portugal da Silva Leal, Pedro Gonçalo Roque Ângelo, Professor Doutor António Manuel Tavares de Almeida Costa e Dr.ª Vânia Gonçalves Álvares*;

Membros designados por Sua Excelência a Ministra da Justiça: *Professora Doutora Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão e Dr. Tiago José Farinha Geraldo*.

■ Secretário

Secretariou a sessão o Secretário-Geral da Procuradoria-Geral da República, *Dr. Carlos Adérito da Silva Teixeira*.



Conselho Superior do Ministério Público

Estiveram ausentes os Drs. José Manuel Mesquita e Tiago Geraldês. O Dr. Rui Silva Leal e o Professor Almeida Costa ausentaram-se após a votação do ponto 1, bem como a Professora Helena Morão após a votação do ponto 9.

■ PONTO PRÉVIO À ORDEM DO DIA

A Professora Helena Morão informou o Conselho sobre a impossibilidade de concertação de agendas, manifestada pelo Supremo Tribunal Administrativo, relativamente à participação no júri dos concursos para juiz do Supremo Tribunal Administrativo (secção de contencioso tributário). Foi designado pelo CSMP o Dr. Osvaldo Pina, que passará a integrar o referido júri.

Na sequência da deliberação do plenário anterior, o Dr. Norberto Martins apresentou ao Conselho um ponto de situação sobre o uso e a adequação das instalações do DIAP do Porto.

■ ORDEM DO DIA

Gestão de quadros / Licenças / Autorizações

1. O CSMP aprovou, por maioria, as alterações ao Regulamento do Movimento dos Magistrados do Ministério Público (Regulamento n.º 946/2020, de 28 de outubro, na redação vigente).

[Declaração de voto da Dr.ª Alexandra Chícharo das Neves](#)

[Declaração de voto da Dr.ª Ana Paula Leite](#)

2. O CSMP deliberou, por unanimidade, a prorrogação até 31 de agosto de 2023 das comissões de serviço vigentes no DCIAP, DIAP Regionais e SEIVD que tiveram início em Janeiro de 2020 e cujo termo está previsto para o fim de 2022, devendo os magistrados que não pretendam ver a sua comissão de serviço prorrogada manifestar tal intenção.



Conselho Superior do Ministério Público

3. O CSMP deliberou, por unanimidade e escrutínio secreto, nomear como Procurador-Geral Adjunto para o Tribunal Constitucional, em regime de comissão de serviço, o Senhor Dr. **José Manuel Ribeiro de Almeida** (artigos 149.º, n.º 1, e 172.º do EMP).

4. O CSMP deliberou, por unanimidade e escrutínio secreto, nomear como Procurador-Geral Adjunto para o Tribunal de Contas, em regime de comissão de serviço, o Senhor Dr. **Vítor Francisco da Cruz Melo** (artigos 149.º, n.º 1, e 172.º do EMP).

5. O CSMP aprovou, por unanimidade, a nomeação e colocação extraordinária de Procuradores-Gerais Adjuntos nas Procuradorias-Gerais Regionais / Tribunais Superiores, em razão dos lugares postos a concurso no procedimento, alinhamento de preferências manifestadas e da graduação dos magistrados aprovada (artigos 149.º, 153.º e 154.º do EMP e do artigo 7.º do RMMMP).

Ausentaram-se da reunião durante a discussão e votação deste ponto os Drs. Carlos Teixeira e Carlos Adérito Teixeira.

6. *Adiado*

Atos preparatórios do movimento de magistrados do Ministério Público:

- i) designação do grupo de trabalho e calendarização;
- ii) abertura de procedimentos concursais prévios e designação dos elementos dos júris:

– DCIAP;

– DIAP regionais e SEIVD;

– Inspetores do Ministério Público.

7. *Adiado*

Designação, em regime de substituição, de magistrado do Ministério Público coordenador da procuradoria da República administrativa e fiscal da zona de Lisboa e Regiões Autónomas e, em agregação, da procuradoria da República administrativa e fiscal da zona sul.

8. *Adiado*

Consolidação da versão do Código de Conduta de magistrados, a partir dos contributos recebidos em sede de audiência pública.

Matéria Disciplinar

9. O CSMP aprovou, por unanimidade, julgar improcedente o recurso apresentado pela Procuradora da República, mantendo-se o acórdão da Secção Disciplinar de 15 de dezembro de 2021, que deliberou aplicar a sanção disciplinar de dois dias de multa, correspondente a duas remunerações base diárias.

Relator: Dr. António Filipe Maciel



Conselho Superior do Ministério Público

10. *Adiado*

Processo disciplinar para apuramento de responsabilidade disciplinar da procuradora da República – Reclamação da deliberação da Secção Disciplinar, de 10 de novembro de 2021, que determinou aplicar a sanção disciplinar única de transferência.

Requerimentos / Exposições

11. O CSMP deliberou, por unanimidade, nada ter a opor a que o Senhor Procurador da República, Dr. **André Namora de Melo Teixeira** receba a importância a que alude o seu requerimento de 27 de janeiro de 2022, tendo em conta que o trabalho desempenhado pelo Senhor magistrado requerente não tem carácter permanente, nem pode ser classificado como de índole profissional.

Relatora: Dr.^a Maria Raquel Mota

12. O CSMP aprovou, por unanimidade, nos termos dos artigos 111.º, n.ºs 1, alínea a), e 3, do EMP e art.º 5.º, n.ºs 2 e 3, do RJASM, em remeter a Sua Excelência a Ministra da Justiça o pedido de requisição de uma arma de serviço, tal como formulado pelo Senhor Procurador da República, Dr. **Nuno Miguel Elvas Borges Soeiro**.

Relator: Dr. Carlos Teixeira

13. O CSMP aprovou, por unanimidade, nos termos dos artigos 111.º, n.ºs 1, alínea a), e 3, do EMP e art.º 5.º, n.ºs 2 e 3, do RJASM, em remeter a Sua Excelência a Ministra da Justiça o pedido de requisição de uma arma de serviço, tal como formulado pelo Senhor Procurador da República, Dr. **Eduardo Manuel Soeiro Cardoso**.

Relator: Dr. Carlos Teixeira

A sessão teve início às 10H00 e terminou pelas 18H.



■ DECLARAÇÕES DE VOTO

| PONTO 1

Declaração de voto da Dr.^a Alexandra Chícharo das Neves:

"O provimento dos lugares no DCIAP efetua-se mediante apreciação curricular dos interessados, entrevista e audição prévia do diretor do departamento. Ora, decidi o CSMP, por maioria, aumentar a pontuação do fator "audição prévia do diretor". Votei contra por entender que o aumento da pontuação deste fator desequilibra injustificadamente a pontuação global."

Declaração de voto da Dr.^a Ana Paula Leite:

"Adiro à declaração de voto da Dr.^a Alexandra Neves, nos seus precisos termos, razão pela qual votei contra o deliberado."



Voltar ao
texto